CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE: 1391/81 (DREC 1835/81)

INTERESSADA : ANA MARIA MARTINS

ASSUNTO : RENOVAÇÃO DE PRAZO PARA A DEPENDÊNCIA DE NUTRIÇÃO E HIGIENE DO PRÉ-ESCOLAR, EM 1981.

RELATOR : CONSº ROBERTO RIBEIRO BAZILLI

PARECER CEE : 1559/81 - CESG - APROVADO EM 23/9/81

I - R E L A T Ó R I O1. HISTÓRICO

1.1. ANA MARIA MARTINS, através do ofício datado de 9 de março de 1981, dirigiu-se ao Sr. Diretor da EEPG "CARLOS GOMES", de Campinas, a fim de solicitar permissão para cursar em regime de dependência, no corrente ano letivo, a disciplina Nutrição e Higiene no Desenvolvimento do Pré-Escolar, com base no que segue:

1.1.1. frequentou, regularmente, no ano de 1979, no citado estabelecimento de ensino, a 4ª série da Habilitação Específica de 2º grau para o Magistério, com aprofundamento na área da Pré-Escola, com aprovação em todos os componentes curriculares da série, exceto Nutrição e Higiene no Desenvolvimento do Pré-Escolar;

1.1.2. em 1980, matriculou-se na escola para cursar, em regime de dependência, apenas a disciplina em que ficara retida no ano anterior;

1.1.3. contudo, em decorrência de problemas familiares, foi obrigado a assumir compromisso de trabalho que a impediu de frequentar as aulas relativas à dependência, razão pela qual formula o presente pedido.

1.2. Em face dos fatos ora expostos, os quais se encontram documentados e constituem parte integrante deste processo (fls. 6 e 11) as autoridades escolares que se manifestaram, considerando que a retenção na dependência, em 1980, foi ocasionada por falta de frequência, o que não caracteriza, no caso, a reprovação, pronunciaram-se favoravelmente à pretensão da interessada.

1.3. Após do Gabinete do Senhor Secretário de Estado da Educação, o protocolado veio ter a este Conselho.

2. APRECIACÃO :

2.1. Sobre o assunto em pauta, a legislação vigente assim reza:

2.1.1. parágrafos 1º e 2º do artigo 5º da Deliberação CEE nº 4/741

"§ 1º- O aluno reprovado, na última série do 1º ou do 2º grau, em uma ou duas disciplinas, áreas de estudos ou atividades, poderá cursar apenas estas dependências".

"§ 2º- O diploma ou certificado de conclusão será expedido pelo estabelecimento em que o aluno completar o respectivo currículo escolar".

2.1.2. Inciso IV, artigo 4º da Resolução SE nº 122/78 - "O aluno retido na última série em até 2 (dois) componentes curriculares poderá cursar, no ano subsequente, apenas esses componentes".

2.1.3. § 2º do artigo 108 do RCEE de 2º grau "A retenção em componentes curriculares cursados em regime de dependência determina a retenção na série regularmente cursada".

2.2. Isto posto, pelo que se depreende dos autos, os mesmos foram encaminhados à consideração superior para orientação e decisão, posto que dúvidas surgiram na interpretação e aplicação corretas desses dispositivos ao caso em espécie, mormente no que diz respeito a dois aspectos, a considerar:

2.2.1. a hipótese em exame caracteriza-se como retenção na série?

2.2.2. "ano subsequente" delimita a possibilidade do aluno cursar dependência apenas no ano seguinte imediato?

2.3. A nosso ver, este caso reveste-se mais do caráter de desistência do que, propriamente, retenção. Se bem que sob certo prisma, a desistência, após matrícula, implicará em retenção por falta de frequência ou assiduidade.

É bem verdade, por outro lado, que o RCEE não prevê o cancelamento da matrícula ou, a exemplo do Ensino Superior, a figura conhecida como "Trancamento de matrícula".

Aliando-se tais premissas à interpretação de que "ano subsequente" estaria a se referir somente ao ano seguinte imediato, realmente, o presente caso ver-se-ia diante de um impasse quase que insolúvel, senão de fato.

2.4. Contudo, tendo em vista não só as orientações firmadas por este Colegiado, na solução de casos afins, bem como a manifestação expressa no Parecer CEE nº 914/80, relatado pelo ilustre Consº Pe. Lionel Corbeil: "O regime de dependência representa um valor apreciável da Lei nº 5.692/71" (no que concordamos, sem dúvida), não vemos razão para que o termo "subseqüente" seja focalizado na perspectiva de limitar apenas para o ano seguinte imediato a possibilidade de um aluno prosseguir seus estudos e obter seu certificado de conclusão do ensino de 2º grau. Não teria sido esta a intenção do legislador.

Da mesma forma julgamos antipedagógico, no caso, mandar a aluna repetir a 4a. série na qual foi aprovada em todos os componentes curriculares, exceto um, objeto de dependência que, por motivos de força maior (apontados e documentados neste processo) se viu impossibilitada de freqüentar no ano seguinte.

2.5. Assim, entendemos que não ocorreu a hipótese de retenção, pois que a aluna, a rigor, não freqüentou a dependência e nem foi submetida, conseqüentemente, à avaliação.

Para que se configure a retenção é mister ou a assiduidade abaixo dos limites, prescritos pela legislação em vigor, e/ou uma comprovada deficiência no que concerne à aquisição dos conhecimentos mínimos exigíveis ora, neste caso, além de não ter havido qualquer freqüência, a tipo algum de avaliação foi a discente submetida, e que nos leva a ajuizar que houve, isto sim, uma desistência de sua parte em relação à dependência que deveria ter cumprido no ano letivo da 1980.

2.6. Isto posto e considerando o que já foi alegado no item 2.3., somos de parecer que não há impedimento para que a interessada retorne oportunamente à escola e complemente sua escolaridade ao nível de 2º grau, para fazer jus no seu diploma,

2.7. Acrescentamos, ainda, que a solução da casos outros que venham a surgir, desde que se enquadrem nos termos deste Parecer, deverá ficar a critério da escola recipiendária.

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, considera-se, nos termos deste Parecer, regular a vida escolar da aluna ANA MARIA MARTINS, quando do cumprimento, no corrente ano letivo, da dependência em Nutrição e Higiene do Pré-Escolar, relativa à 4a. série da

Habilitação Especifica de 29 grau para o Magistério - Área da Pré-Escola, na EEPSPG "Carlos Gomes"/ de Campinas.

CESG, em 9 de setembro de 1981

t) Cons9 Roberto Ribeiro Bazilll
Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como Seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros) Dahlj Amin Aur, Jessen Vidal, José Maria Sestllio Hattei, Pe. Lionel Corbeil, Hária Aparecida Tamasa Gaiô-í-a e Roberto Ribeiro Barilll.

Bala dae Boiböob, em 9 de setembro de 1981

a) CONB9 BAHIJ AMtl AUR
Vloe-rresidente
no exerololo da Presidência

IV - PELIPERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CQN8ELUQ EBTADUAL PE EDUCAÇSq aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator,

Sala "Carlos Pasqualo", em 23 de setembro de 1981

«) Cons? MOACYR EWEDITO M. VAZ QUIMARÃEB
Presidente